



Prefeitura Municipal de Cajueiro da Praia

Secretaria Municipal de Finanças
Departamento de Arrecadação e Tributação
CNPJ: 01.612.620/0001-44
PRAÇA JOSÉ ADRIÃO Nº 23 - Centro, Cajueiro da Praia - PI

ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO

Número: 604

Data de Emissão: 25/04/2022

Validade: 31/12/2022

Insc Municipal: 570.071-36278

Contribuinte

Razão Social: ALMAZ AGRO AQUICULTURA MARINHA LTDA

Nome Fantasia: AGROMAR OSTRA VIVA PESCADOS

CNPJ/CPF: 29.413.447/0001-74

Endereço da Localização/Funcionamento do Estabelecimento

Logradouro: FAZ PIRAH

Nº SN

Complemento:

CEP: 64222-000

Bairro: LC BARRA GRANDE

Cidade: Cajueiro da Praia

UF: PI

Area Ocupação:

Horario de Funcionamento:

Atividade Principal

03.21-3-99 Cultivos e semicultivos da aqüicultura em água salgada e salobra não especificados anteriormente

Atividades Secundárias

- 03.22-1-99 Cultivos e semicultivos da aqüicultura em água doce não especificados anteriormente
- 03.22-1-07 Atividades de apoio à aqüicultura em água doce
- 03.22-1-03 Criação de ostras e mexilhões em água doce
- 03.22-1-02 Criação de camarões em água doce
- 03.22-1-01 Criação de peixes em água doce
- 03.21-3-05 Atividades de apoio à aqüicultura em água salgada e salobra
- 03.21-3-03 Criação de ostras e mexilhões em água salgada e salobra
- 03.21-3-02 Criação de camarões em água salgada e salobra
- 03.21-3-01 Criação de peixes em água salgada e salobra
- 03.12-4-04 Atividades de apoio à pesca em água doce
- 03.12-4-03 Coleta de outros produtos aquáticos de água doce
- 03.12-4-02 Pesca de crustáceos e moluscos em água doce
- 03.12-4-01 Pesca de peixes em água doce
- 03.11-6-04 Atividades de apoio à pesca em água salgada
- 03.11-6-03 Coleta de outros produtos marinhos
- 03.11-6-02 Pesca de crustáceos e moluscos em água salgada
- 03.11-6-01 Pesca de peixes em água salgada


Clara Pereira Sobrinho
CPF 047.225 193-74
Sec. Administração e Finanças

Observações

Cumprir todas as exigências dos órgãos: união, estado e município
Autorização é ato administrativo unilateral, discricionário e precário por meio do qual a administração pública autoriza um particular a fazer ou não fazer determinado propósito ou evento em atenção à interesse predominantemente privado.
A municipalidade ressalta que este documento não tem finalidade de atestar a regularidade de ocupação em imóveis da União, bem como não gera quaisquer direitos relativos à ocupação.

COLOCAR EM LOCAL VISÍVEL

Autenticidade: D29F3B97-B264-4588-97C2-3BC75F7DDD59